

Para uma nova política económica

Tópicos de reflexão

Manuela Silva

1. As condições em que se tem processado a vida política portuguesa não têm permitido enfrentar a crise económica de forma positiva ...

Todos sentimos os efeitos desta situação e nos apercebemos que, a manter-se um tal contexto, são cada vez mais remotas as possibilidades de desenvolvimento económico e social de que o País urgentemente carece. Um desenvolvimento que a todos beneficie e, em particular, permita erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento, dar a todos os portugueses oportunidades para uma vida humanamente digna e assegurar condições de independência nacional.

2. Sem descer a pormenores de análise, que neste texto seriam descabidos, não pode, porém, omitir-se o facto de que as políticas recessivas, que têm vindo a ser aplicadas, além de provocarem sério agravamento no nível de desemprego e redução drástica em rendimentos reais já precários, estão também a ter efeitos estruturais perversos, designadamente contribuindo para a destruição do capital produtivo nacional, a desindustrialização da nossa economia, o agravamento da dependência face ao exterior e o desvio para o estrangeiro de uma parcela cada vez maior do produto interno.

Por outro lado, a pretexto da reposição de mecanismos de mercado e formas de liberalização económica, tem-se consentido em condicionalismos que favorecem a especulação financeira bem como o aparecimento de um sector rentista pouco propenso ao investimento produtivo e nada sensível ao interesse nacional.

Verifica-se, também, uma total desarticulação entre o circuito real e o circuito financeiro, constituindo este último, nas condições presentes, um factor de bloqueamento do primeiro, em vez de lhe servir de instrumento, como seria de desejar.

3. Chegamos a um ponto em que pouco adianta discutir os limites dentro dos quais deve mover-se a política económica vigente. A opção de fundo que se impõe é a de criar uma nova política económica.

Nova quanto aos objectivos. Nova quanto às estratégias. Nova quanto aos meios.

4. Viabilizar uma nova política económica exige, antes de mais, que seja quebrado o actual círculo de dependência externa, de modo a possibilitar a construção de um modelo económico nacional autónomo, baseado prioritariamente na valorização dos recursos nacionais, orientado para a satisfação das necessidades básicas dos portugueses e susceptível de gerar meios de acumulação endógenos.

Para romper com a dependência externa é indispensável actuar em duas frentes principais. Por um lado, impõe-se uma alteração radical e imediata da nossa dependência financeira (através de acções de resgate parcial da dívida conjugadas com moratórias e renegociações) de modo a aliviar a actual parcela dos encargos com a dívida externa a que corresponde anualmente uma considerável parcela da produção nacional desviada para o estrangeiro. Por outro lado, é essencial orientar os consumos dos portugueses para estilos de vida simples e padrões que estejam adaptados às possibilidades da economia nacional (adequadas políticas de rendimentos e preços são necessárias bem como acções de sensibilização e educação dos cidadãos no sentido da racionalização, hierarquização e disciplina dos consumos).

A quebra do círculo de dependência externa, a nível mais profundo, passa ainda por acções positivas que permitam obter reduções consideráveis em cada uma das suas derivas: a alimentar, a energética e a tecnológica. É esta uma directriz que tem de ser seguida com firmeza, não só pelo Governo, como pela Administração Pública central e regional, como, ainda, pelos agentes económicos que vierem a dar adesão ao novo modelo económico.

5. Ao contrário daquilo que, por vezes, se procura fazer crer, Portugal dispõe de recursos alimentares suficientes, desde que se conjugue o melhor aproveitamento de recursos potenciais (agrícolas e piscícolas, nomeadamente) com a adopção de formas de comercialização e conservação e implementação de padrões de consumo ajustados à situação nacional.

6. Também no campo energético, é possível conseguir alguma redução na dependência externa através da diversificação das fontes, da procura de soluções descentralizadas e, sobretudo, mediante formas de poupança de energia.

7. Por seu turno, a dependência tecnológica pode ser quebrada em várias frentes que vão desde a revisão dos contratos de transferência de tecnologia anacrónicos e lesivos do interesse nacional até ao lançamento de acções positivas no domínio da investigação universitária orientada para o desenvolvimento, passando pelo enquadramento apropriado do investimento estrangeiro.

O País dispõe de recursos humanos que permitem esperar incremento considerável na capacidade tecnológica nacional se se fizer surgir um contexto favorável ao seu aproveitamento e canalização para o desenvolvimento sócio económico.

8. Não são apenas os constrangimentos de dependência externa que têm de ser dominados. Também no plano interno, existem bloqueios que é necessário vencer, nomeadamente: o da economia subterrânea, o da especulação, o do desequilíbrio financeiro e descapitalização das empresas, o da inflação.

Para lhes fazer face, além do reforço da idoneidade e credibilidade ética dos responsáveis da política económica aos vários níveis (condição fundamental em ordem à viabilização de uma nova política económica) há que estabelecer medidas apropriadas.

Em particular, ter-se-á que enfrentar o problema do saneamento financeiro das empresas com largos passivos, a questão das dívidas do Estado e ao Estado, o problema dos mecanismos especulativos de

subfacturação e sobre facturação.

9. Referidos que foram os limites, externos e internos, em que terá de ser configurada uma nova política económica, importa agora explicitar com clareza os seus objectivos.

10. A nova política económica assume como objectivo prioritário o desenvolvimento, entendido este como um processo assente na valorização dos recursos nacionais (materiais, financeiros e humanos) e orientado para a melhoria efectiva das condições de vida de todos os portugueses. Neste contexto, o crescimento económico é tido como uma condição necessária, mas não suficiente.

A preocupação fundamental da nova política económica pelo desenvolvimento implica uma mobilização colectiva dos agentes económicos (sector privado, sector público e sector cooperativo) no lançamento de novos empreendimentos produtivos, no quadro de uma especialização e diversificação agrícola, industrial e de serviços que contemple a valorização dos recursos do País e a necessidade de fortalecer a autonomia económica nacional, no quadro de uma economia aberta.

É igualmente prioritária uma acção concertada entre o Estado e agentes económicos no sentido do reforço do nível de produtividade, tanto na agricultura como na indústria e nos serviços, por meios que não se repercutam negativamente no nível de emprego.

Em ordem a um desenvolvimento sustentado, importa ainda cuidar da organização do tecido produtivo, corrigindo enviesamentos (sectoriais e regionais) e promovendo um adensamento apropriado de relações intersectoriais.

Neste contexto, se há que procurar rentabilizar os actuais grandes projectos industriais já em curso, os mesmos têm de considerar-se de importância relativa na configuração do modelo de desenvolvimento defendido, o qual se deseja com significado espacial e descentralizado, susceptível de ser entendido, participado e controlado pelos cidadãos.

11. A nova política económica supõe que nela vão estar efectivamente empenhados os vários agentes económicos e que a mesma merece a adesão de amplos sectores da população. Para que um tal contexto seja viabilizado necessário se toma que, em termos reais, os sacrifícios e os benefícios sejam compreendidos pela generalidade da população e equitativamente repartidos.

Acresce, ainda, que, durante o processo não podem ser agravadas as condições de vida dos estratos sociais mais pobres. Ter-se-ão de encontrar formas de solidariedade social activas que não só vão permitir corrigir disfunções, como concorram também para suprimir ou atenuar as causas que lhes dão origem.

12. No modelo económico aqui defendido, a equidade na repartição tem um lugar central, por razões de ética mas também por razões de eficácia política.

A aposta na mudança só é viável e consequente se a generalidade da população tiver a convicção de que lhe caberá uma parte equitativa dos benefícios esperados e puder confirmar que assim vai suceder na prática.

Em três aspectos essenciais se poderão alcançar melhorias significativas no curto prazo: na qualidade de funcionamento dos serviços públicos de educação, saúde e outros serviços sociais; na salvaguarda do poder de compra real, designadamente dos estratos de menores rendimentos; na participação efectiva dos cidadãos na gestão do quotidiano, da vida colectiva e do trabalho.

13. A implementação da nova política económica exige roturas - não há que recear a palavra - em práticas da Administração Pública, do sistema bancário, do sector empresarial do Estado e de outros entes públicos susceptíveis de desempenhar papel relevante na orientação e apoio ao desenvolvimento.

De modo geral, é reconhecida a relativa caducidade e inoperância destas estruturas e são, muitas vezes, os elementos humanos que as integram os primeiros a reconhecer que são indispensáveis transformações de vulto que impeçam o ressurgimento de formas encapotadas de interesses corporativos e que permitam dar corpo à democratização real da sociedade colocando o aparelho público (administrativo, produtivo e financeiro) ao serviço da comunidade nacional e dos seus cidadãos.

14. Na viabilização da nova política económica um sistema adequado de planeamento assume um papel importante.

Não se trata de fazer ressuscitar procedimentos ultrapassados ou importar modelos de outros contextos político-económicos. O que se defende é a necessidade de recurso a formas flexíveis de planeamento dirigido principalmente a aspectos-chave do processo de desenvolvimento (bloqueamentos a neutralizar; objectivos a prosseguir), assente em métodos técnicos rigorosos e beneficiando de participação alargada e descentralizada aos vários níveis. Um planeamento que não fique pelos diagnósticos, mas que se traduza numa prática e num comportamento correntes.

15. A modernização do aparelho público bem como a implementação de formas avançadas de planeamento não constituem alternativas à iniciativa privada, nem, muito menos, seus entraves. Mas, pelo contrário, a iniciativa privada só tem a ganhar se dispuser de um quadro de referência claro e firme para nele situar as suas opções e bem assim se puder contar com o apoio efectivo e dinâmico de um aparelho público na criação de uma envolvente externa favorável e na redução da incerteza.

16. Por último, cabe referir que, a um qualquer modelo de desenvolvimento, está associada uma forma de acumulação, sendo esta que, de algum modo, configura a sua reprodução, a prazo. Entendemos, pois, ser de primordial importância definir o processo de acumulação desejada.

Por todas as razões, já anteriormente apontadas, consideramos essencial que a nova política económica proporcione uma base de formação de excedentes compatível com as necessidades de investimento do conjunto da economia, o que dependerá, obviamente, do nível de produção e produtividade alcançados como também da repartição.

Não basta, porém, garantir que a acumulação se faça; é indispensável que surjam formas que viabilizem a sua socialização, na dupla perspectiva de uma apropriação equitativa e uma utilização eficiente do capital. A este propósito, são de encorajar formas de participação colectivas no capital, por parte dos trabalhadores.